

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo: nº.188765-4/01**

**Agravante:** Banco ABN AMRO REAL S.A

**Agravado:** Maria Celeste dos Santos e OUTROS

**Relator:** Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - PLANOS ECONÔMICOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CABIMENTO - OBRIGATORIEDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS AOS CORRENTISTAS ENQUANTO NÃO PRESCRITO O DIREITO. AGRAVO REJEITADO À UNANIMIDADE.

1.É aplicável a inversão do ônus da prova em relação ao banco agravante, tendo em vista a hipossuficiência dos agravados. Deve o Banco, portanto, apresentar em juízo os extratos bancários requeridos.

2.Não é razoável exigir do correntista a comprovação de titularidade de contas poupanças à época dos Planos Econômicos sob voga. Cabe ao Banco empreender esforços na busca dos extratos perseguidos e provar, se for o caso, a não localização desses em seus dados cadastrais.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do recurso de agravo nº 0188765-4/01, em que figuram como agravante o Banco ABN AMRO REAL S.A e como agravados Maria Celeste dos Santos e OUTROS, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento o recurso, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 11/10/08

*Ed. Sertório*  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator

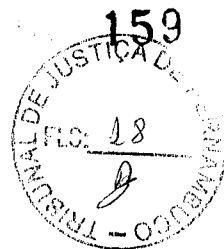


**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL**



**Recurso de Agravo: nº 188765-4/01**

**Agravante:** Banco ABN AMRO REAL S.A

**Agravado:** Maria Celeste dos Santos e OUTROS

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

Cuido de recurso de agravo (fls. 02/08 dos autos do Recurso de agravo) interposto por BANCO ABN AMRO REAL S/A contra decisão terminativa (fls. 172/179 dos autos da apelação cível) prolatada nos autos da apelação cível apensada, que negou seguimento ao recurso, mantendo a decisão do Juízo Monocrático.

Em suas razões, o Banco alega que alguns dos autores, ora agravados, não trouxeram aos autos qualquer documento comprobatório da relação jurídica alegada. Seguindo esse raciocínio, insurge-se, em suma, quanto à inversão automática do ônus da prova, entendendo caber à parte autora demonstrar a existência de relação jurídica entre ela e o Banco.

Apresento o recurso de agravo para julgamento pelo colegiado, uma vez não exercido o juízo de retratação (CPC, art. 557, § 1º).

É o Relatório.

Recife, 11/12/05

*de ass. cam*

**EDUARDO SERTÓRIO**

Desembargador Relator

**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL****Recurso de Agravo: nº.188765-4/01****Agravante:** Banco ABN AMRO REAL S.A**Agravado:** Maria Celeste dos Santos e OUTROS**Relator: Des. Eduardo Sertório****VOTO**

Através do presente recurso o Banco visa afastar a condenação imposta pelo magistrado *a quo* e confirmada pela decisão monocrática agravada, a fim de não ser responsabilizado pela apresentação dos extratos de caderneta de poupança de Maria Celeste e outros, ora agravados.

Para o Banco, o Tribunal de Justiça não pode afastar a necessidade de um indício de prova material da relação jurídica alegada na petição inicial. Em seguida afirma só haver no presente caso "*uma mera alegação do autor recorrido da existência dessa relação jurídica*".

A bem da verdade, tal questão já havia sido levantada pelo Banco em seu recurso apelatório e já foi exaustivamente apreciada pela decisão monocrática conforme se denota do trecho da decisão abaixo transcrito:

**O Banco alega que apenas Valdeci e Maria Carmelita juntaram aos autos extratos bancários. Prossegue argumentando não ter encontrado em seus arquivos as contas poupanças referentes aos demais apelados.**

**Não merece prosperar a irresignação do Banco apelante. Primeiro porque limita-se simplesmente a alegar, sem colacionar, contudo, qualquer documento comprobatório de suas alegações. Segundo porque nos casos envolvendo expurgos inflacionários incide a inversão do ônus probatório cabendo às instituições financeiras provar a não localização dos extratos. Nesse sentido os seguintes julgados:**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. DESCABIMENTO. 1. Inversão do ônus da prova. Induvidosa é a incidência das normas inseridas no Código de Defesa do Consumidor em Ação de Cobrança de valores oriundos de depósitos efetivados em cadernetas de poupança, uma vez constatada a hipossuficiência do contratante. Aplicação do princípio da inversão da prova, incidente nas demandas promovidas pelo consumidor (art. 6º, inc. VIII, CDC). **Cabe ao Banco, no caso concreto, a prova de que empreendeu esforços na busca dos documentos, não obtendo êxito em encontrá-los** Omissis (Agravo de Instrumento Nº 70021636840, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Agathe Elsa Schmidt da Silva, Julgado em 04/10/2007).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER E VERÃO. POSSIBILIDADE. MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE À UNANIMIDADE.** 1. Os extratos bancários solicitados pelo Autor/Agravado referentes aos planos Bresser e Verão constituem documentos essenciais ao deslinde da demanda, inexistindo qualquer causa que impossibilite a cumulação de pedidos, obrigando a parte a ingressar com ação autônoma para ter acesso aos dados bancários. 2. **Cuidando-se de documentos comuns às partes, o banco Demandado tem o dever de exibir os extratos reclamados, não podendo privar a parte de buscar eventual reparação que julgar de direito.** 3. **Tratando-se de contrato bancário, incide as regras do Código de Defesa do Consumidor, na qual determina a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, nos termos do artigo 6º, inciso VIII.** 4. Nada impede, diante de plausível justificação, seja postulada em juízo a flexibilização de prazo para exibição, sendo 30 (trinta) dias prazo suficiente para a pesquisa e localização dessas contas de poupança, haja vista, ser o Réu/Agravante, dotado de recursos técnicos e humanos, à vista do noticiado lucro da atividade bancário no País. 5. Verificando as posições jurisprudenciais, tem-se que não é aplicável a incidência de multa pecuniária em caso de não exibição de documentos, aplicando-se nesse caso, o disposto no artigo 359, inciso I, do Código de Ritos. 6. Deve-se observar no presente caso, se os documentos foram devidamente exibidos no prazo concedido em decisão interlocutória exarada por esta relatoria, qual seja, 30 (trinta) dias, iniciando-se na data em 15.02.2008, um dia após a publicação da decisão e, encerrando-se em 15.03.2008. Caso contrário, deve-se aplicar a hipótese o artigo 359, inciso I, do Código de Processo Civil. 7. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao Agravo de Instrumento, excluindo-se a aplicação de multa fixada pelo Juiz a quo. (Agravo de Instrumento nº 162090-2, Relator: Des. Bartolomeu Bueno, 3ª Câmara Cível, julgado em 12/6/2008)

No mesmo sentido se posiciona o STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. **AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXISTÊNCIA DE EQUÍVOCO NA EMENTA DA DECISÃO AGRAVADA. OBRIGATORIEDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE EXIBIÇÃO DOS DOCUMENTOS AOS CORRENTISTAS ENQUANTO NÃO PRESCRITO O DIREITO. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MULTA COMINATÓRIA. DISCUSSÃO NÃO LEVANTADA QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. OCORRÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO PARA DETERMINAR A CORREÇÃO DA EMENTA DA DECISÃO AGRAVADA.** (AgRg no Ag 967.689/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/12/2008, DJe 02/02/2009)

Acerca do tema, imprescindível, ainda, trazer à baila o voto proferido pelo Desembargador Bartolomeu Bueno no julgamento do agravo de instrumento nº 162090-2:

**"Nas ações dessa natureza, não se pode exigir do cliente que comprove no momento do ajuizamento da ação, ter sido poupador a época dos planos econômicos, sob dois aspectos, a um pelo tempo transcorrido e, a dois, pelo fato de os documentos comprobatórios da relação jurídica de direito material, sabidamente, são administrados pelo banco Réu/Agravante, ficando em seu poder, devendo o Juiz a quo aplicar ao caso os artigos 355 e 356 do Código de Processo Civil."**

Com efeito, não é razoável exigir do correntista a comprovação de titularidade de contas poupanças à época dos Planos Econômicos sob voga, dada sua hipossuficiência em relação às instituições financeiras. Cabe ao Banco, portanto, provar a não localização dos extratos perseguidos em seus dados cadastrais.

Esse, aliás, é o posicionamento Desta 3ª Câmara Cível. Senão vejamos:

DIREITO DO CONSUMIDOR - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - **EXIBIÇÃO DE EXTRATOS DE CONTA-POUPANÇA - OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** - INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC - **OS EXTRATOS BANCÁRIOS DE CONTA-POUPANÇA, CONSTITUEM-SE EM DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES, SENDO, PORTANTO, CABÍVEL A PRETENSÃO PARA QUE O BANCO EXIBA OS EXTRATOS BANCÁRIOS** RELATIVOS AO PERÍODO DO PLANO BRESSER, POIS CUIDAM INEQUIVOCAMENTE DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO JULGAMENTO DA DEMANDA, NÃO PODENDO A PARTE AUTORA, ORA AGRAVADA, SER INIBIDA DE BUSCAR EVENTUAL REPARAÇÃO QUE ENTENDE DE DIREITO POR ATITUDE DE MANIFESTA RECALCITRÂNCIA DO BANCO, PARA NÃO DIZER TENTATIVA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO (Agravado de Instrumento 163364-1, 3ª Câmara Cível, Relator: Des Sílvio de Arruda Beltrão, julgado em 31/07/2008).

E mais,

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO BRESSER E VERÃO. POSSIBILIDADE. MULTA DIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE À UNANIMIDADE. 1. Os extratos bancários solicitados pelo Autor/Agravado referentes aos planos Bresser e Verão constituem documentos essenciais ao deslinde da demanda, inexistindo qualquer causa que impossibilite a cumulação de pedidos, obrigando a parte a ingressar com ação autônoma para ter acesso aos dados bancários. 2. **Cuidando-se de documentos comuns às partes, o banco Demandado tem o dever de exibir os extratos reclamados, não podendo privar a parte de buscar eventual reparação que julgar de direito.** 3. **Tratando-se de contrato bancário, incide as regras do Código de Defesa do Consumidor, na qual determina a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, nos termos do artigo 6º, inciso VIII.** 4. Nada impede, diante de plausível justificação, seja postulada em juízo a flexibilização de prazo para exibição, sendo 30 (trinta) dias prazo suficiente para a pesquisa e localização dessas contas de poupança, haja vista, ser o Réu/Agravante, dotado de recursos técnicos e humanos, à vista do noticiado lucro da atividade bancário no País. 5. Verificando as posições jurisprudenciais, tem-se que não é aplicável a incidência de multa pecuniária em caso de não exibição de documentos, aplicando-se nesse caso, o disposto no artigo 359, inciso I, do Código de Ritos. 6. Deve-se observar no presente caso, se os documentos foram devidamente exibidos no prazo concedido em decisão interlocutória exarada por esta relatoria, qual seja, 30 (trinta) dias, iniciando-se na data em 15.02.2008, um dia após a publicação da decisão e, encerrando-se em 15.03.2008. Caso contrário, deve-se

aplicar a hipótese o artigo 359, inciso I, do Código de Processo Civil. 7. À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao Agravo de Instrumento, excluindo-se a aplicação de multa fixada pelo Juiz a quo. (Agravo de Instrumento nº 162090, 3ª Câmara Cível - Relator :Des Bartolomeu Bueno, julgado em 12/06/2008).

Perfilhando essa mesma linha de raciocínio, inclusive, já se pronunciou o STJ:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INTERESSE DE AGIR. EXISTÊNCIA. DEVER DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA.

1. Na linha do entendimento firmado nesta Corte, tem interesse de agir o correntista que maneja cautelar de exibição de documentos com vistas ao ajuizamento de ação de cobrança.

**2. É dever da instituição bancária a exibição de documentos que guardam relação com os negócios firmados com seus clientes quando instado a fazê-lo.**

3. Agravo regimental desprovido.

(EDcl no Ag 829.662/GO, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2007, DJ 01/10/2007 p. 283)

De fato, como se tratam de documentos comuns às partes, é dever do Banco empreender esforços na busca dos extratos reclamados, e, se for o caso, comprovar que não obteve sucesso na pesquisa. Afinal, as instituições financeiras detêm alto grau de informatização e, por consequência muito mais condições de provar, se for o caso, a não localização dos extratos.

Nada obstante, no caso em tela, com exceção de Argemiro Albino de Sousa, todos os demais autores, ora agravados demonstraram a existência de relação jurídica com o Banco, inclusive com a juntada de extratos bancários (Valdeci Ramos - fls. 17/20; Maria Carmelita Ramos - fls. 25/34; Alzira Lemos - fls. 144/145; Maria Celeste - fls. 147/154; Haydete Salgado - fl. 44).

É evidente, portanto, a incidência da inversão do ônus da prova no caso em tela, cabendo ao Banco a exibição dos extratos de caderneta de poupança relativos aos Planos Econômicos em questão.

Ante o exposto, nego provimento o presente recurso, mantendo a decisão monocrática pelos seus próprios termos.

É o voto.

Recife, 11/12/05



**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator